



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia**

SEXTA-FEIRA, 30 :: agosto :: 2013

MP cobra ações específicas para quem mora nas ruas

Kátia Azevedo

katiaazevedo@jornaldodiase.com.br

Discutir a inclusão e promoção da cidadania para moradores em situação de rua através de ações específicas e integradas. Foi com este objetivo que o Ministério Público de Sergipe reuniu ontem representantes de órgãos de proteção social para que se pronunciem oficialmente sobre as políticas públicas que vêm sendo adotadas para o atendimento envolvendo esta parcela da população.

Em audiência realizada na manhã de ontem pela Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Idosos e das Pessoas com Deficiência, representantes das secre-

tarias estadual de Direitos Humanos, Saúde, Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social apresentaram ações promovidas pela Comissão Provisória para Políticas Públicas para a População de Rua, formada na audiência anterior.

A promotora de Justiça Berenice Andrade de Melo, que responde pela Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Idosos e das Pessoas com Deficiência, convocou a audiência com o objetivo de dar continuidade a ações programadas pelo grupo.

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos informou que criou um grupo de trabalho que se transformará em um Comitê Gestor Intersectorial para a promoção de políticas públicas em atendimento a demanda da po-

pulação em situação de rua. O Comitê também tem a participação de outras secretarias como a do Estado do Trabalho (Setrab), Educação (Seed) e a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (Semfas) de Aracaju.

Até agora o grupo já realizou cinco reuniões e visitou instituições não-governamentais que trabalham com a população em situação de rua. Além de Aracaju, o Comitê está entrando em contato com entidades no interior. Também está sendo preparado um workshop com as instituições com previsão de realização para outubro. O grupo também já catalogou sete instituições em todo o estado que atuam com o tema.

Durante a audiência, a promotora também co-

brou a presença de representantes da Secretaria de Segurança Pública, de Estado da Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Semfas que não compareceram ontem à reunião e foram convocadas para participarem da próxima audiência, marcada para o dia 17 de setembro. "Esta é a terceira reunião com representantes de órgãos para discussão de comissões visando formar a rede de atendimento e a implantação de políticas públicas para a população em situação de rua. Com isso, o Ministério Público vem cumprindo seu papel fiscalizador e articulador de tais ações", diz Berenice Andrade de Melo.